

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO DE 2010 A ABRIL DE 2011

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

| <b><u>DESPESA COM PESSOAL</u></b>   | <b>DESPESAS EXECUTADAS</b> |  |
|---|----------------------------|--|
|   | <b>(Últimos 12 meses)</b>  |  |
|   | <b>LIQUIDADAS</b>          | <b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS</b> |
|   | <b>(a)</b>                 | <b>(b)</b>   |
| <b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>  | <b>63.904</b>              | <b>1.068</b>                                       |
| Pessoal Ativo   | 54.097                     | 1.042  |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)   | -                          | -  |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)     | -                          | -  |
| Demais Despesas com Pessoal Ativo   | 54.097                     | 1.042  |
| Pessoal Inativo e Pensionistas  | 9.807                      | 26   |
| Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)   | -                          | -  |
| Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)     | -                          | -  |
| Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas  | 9.807                      | 26   |
| Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | -                          | -  |
| <b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>                                  | <b>14.043</b>              | <b>26</b>  |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária                                  | -                          | -  |
| Decorrentes de Decisão Judicial   | -                          | -  |
| Despesas de Exercícios Anteriores   | 4.438                      | -  |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados   | 9.605                      | 26   |
| <b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)</b>   | <b>49.861</b>              | <b>1.042</b>                                       |
| <b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)</b>                                 | <b>50.903</b>              |  |

| <b><u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u></b>                       | <b>VALOR</b>    |
|---|-----------------|
| <b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)<sup>1</sup></b>                       | 524.379.492     |
| <b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100</b> | 0,009707        |
| <b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - &lt;%&gt;</b>    | <b>0,018088</b> |
| <b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - &lt;%&gt;</b>    | <b>0,017184</b> |

**FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE**

<sup>1</sup>Valores referentes à Portaria STN nº 328, de 19/5/2011.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.